

ÁGORA, Porto Alegre, Ano 6, Mar.2015.

ISSN 2175-37

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DILEMAS E POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO

Luciane de Oliveira Machado¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar informações sobre a trajetória da Educação Inclusiva, leis que fundamentam a inclusão e sua efetiva aplicabilidade no contexto escolar. A pesquisa apresenta fundamentação teórica, leitura e análise de seis questionários de professores que atuam diretamente com alunos de inclusão, em sala de aula regular. A base para o presente artigo é a análise das respostas dos professores, apresentadas em seis questionários. Com isso, são informadas experiências, conhecimentos e ações pedagógicas desses docentes em relação aos alunos de inclusão. E, também, informações sobre a parceria profissional de atendimento a esse tipo de aluno. A fundamentação teórica terá como sustentação as ideias de Paulo Freire, Vygotsky e Maturana, as quais enfatizam a importância da Educação Especial. Nas considerações finais, serão comentadas a análise da pesquisa e a prática de sala de aula da autora com alunos de inclusão.

Palavras Chave: Inclusão, Deficiência, Educação, Formação Continuada.

¹ Licenciada em Pedagogia(orientação Educacional) e Letras/Literatura, professora da rede municipal de Porto Alegre.

INTRODUÇÃO

O presente artigo fundamenta-se em minha experiência como professora, em classe regular de ensino, com dois alunos de inclusão. Um destes, portador de Paralisia Cerebral (PC) e o outro, de transtornos de comportamento, em diagnóstico. Com isso, pude compreender como os colegas professores atuam em salas de aula com Educação Inclusiva.

Pensar e dizer que se faz inclusão na escola é muito fácil, mas efetivar a Educação Inclusiva é uma tarefa bem mais complexa. Por isso, é importante haver o apoio da comunidade escolar, principalmente de professores e demais profissionais (Psicólogo, Psiquiatra, Fonoaudiólogo, Terapeuta, etc.), bem como das famílias.

No processo de inclusão, a Formação Continuada do professor fornece conhecimentos e subsídios, aprimorando sua caminhada profissional. Isso se evidencia na atuação na escola/sala de aula, que é uma prática de aprendizagem do processo de inclusão, fundamentada na Formação Continuada.

Mesmo com as dificuldades, quando a inclusão é efetivada em sala de aula e na escola, deve haver uma parceria entre os envolvidos. Essa união proporciona conhecimentos e resultados benéficos muito importantes para a construção dos indivíduos (docentes e discentes), pois transforma pensamentos e atitudes, possibilitando avanços.

Em minha prática docente, percebo resistência, por parte dos colegas professores em desenvolver atividades pedagógicas que realmente proporcionem a inclusão desses alunos. Existe a consciência sobre a importância da inclusão, mas sua prática não é efetivada em sala de aula. Esta pesquisa pretende detectar entraves e apontar possibilidades de desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, pensando alternativas que permitam atuações em parceria com a coletividade.

A pesquisa objetiva fundamentar o problema: “Que dificuldades e possibilidades a inclusão de alunos com deficiência traz para o contexto escolar?”.

A seção 1, intitulada “Aspectos históricos da evolução no atendimento à pessoa com deficiência”, trata do processo histórico sobre a Educação Inclusiva, apontando os

avanços e as dificuldades/ entraves na aplicabilidade das leis e mostrando como os professores, os reais protagonistas, fazem a inclusão e como desenvolvem/enfrentam a tarefa de uma Educação Inclusiva no dia a dia do contexto escolar.

Na seção 2, intitulada “Plasticidade Neuronal”, é abordado este conceito, através da transcrição de publicação do Dr. Cláudio Guimarães Santos, especialista no tratamento de pacientes com disfunções cognitivas.

A seção 3, intitulada “Questionário”, apresenta o modelo dos seis questionários respondidos por professores que têm alunos de inclusão em sala de aula comum. Evidências que, juntamente com a teoria, fundamentam e contribuem para veracidade da pesquisa.

Nas “Considerações Finais”, é feita uma reflexão sobre os aspectos abordados nesta pesquisa, evidenciando a questão da eficácia das práticas de Inclusão Educacional. Também é ressaltada a importância da atuação conjunta entre todos os envolvidos nesse processo.

1 Aspectos históricos da evolução no atendimento à pessoa com deficiência

O marco inicial sobre pessoas com deficiência foi a omissão, a negligência e a escassez de iniciativas de atendimento a esses indivíduos. Com o tempo, desenvolveu-se a segregação social da pessoa com deficiência, que passou a receber atendimento em instituições assistenciais especiais, filantrópicas ou religiosos – era a fase de institucionalização que ocorreu entre os séculos XVIII e XIX.

Apesar da segregação institucional imposta à pessoa com deficiência, esse indivíduo surgia, no contexto social, como alguém com direitos e possibilidades educativas. Contudo, mesmo com esse avanço na evolução dos atendimentos especiais, as pessoas com deficiência continuavam isoladas do convívio social, confinadas em instituições residenciais.

Do século XIX até meados do século XX, ocorre uma busca pela redução da segregação imposta à pessoa com deficiência e pela inserção dessas pessoas em escolas especiais comunitárias ou em classes especiais que funcionavam, principalmente, dentro de escolas públicas.

Por volta da década de 1970, surge um movimento mundial pela integração social das pessoas com deficiências. Uma das metas era integrar esses indivíduos em ambientes educacionais, os mais próximos possíveis daqueles oferecidos pela cultura à pessoa considerada normal.

A integração do indivíduo com deficiência partia da ideia de que a criança deveria ser educada até os limites de sua capacidade. O início do atendimento educacional voltado para o indivíduo com deficiências, no Brasil, aparece extremamente relacionado ao atendimento médico-assistencial. As iniciativas na Educação Especial surgiam a partir de uma concepção médico – pedagógica e outra psicopedagógica.

A partir da década de 1980, em contexto mundial, a prática da integração social teve seu maior impulso, reflexo dos movimentos de luta e de defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. A integração escolar/social aceita a pessoa com deficiência desde que ela se torne capaz de adaptar-se ao seu contexto social e às formas de desempenhar os papéis sociais necessários.

A Educação Especial aparece oficializada, em nosso país, em termos de centralização e planejamento, com os planos setoriais de educação na década de 1970. A Lei 5692/71, no capítulo I, *Do ensino de 1º e 2º graus*, em seu artigo 9º, diz:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

A lei 5692/71 teve sua redação alterada pela lei 7044/82, que define as diretrizes e bases da educação, definindo o objetivo geral do 1º e 2º graus de ensino comum ou especial, o de “proporcionar ao educando a formação necessária para seu desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e o exercício consciente da cidadania”.

O parecer nº 842/72, do Conselho Federal de Educação, surge com os movimentos de luta e defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, entre outros movimentos, na questão de direitos humanos e civis.

A Inclusão Escolar, entendida como não deixar nenhuma criança fora do sistema escolar e garantir que todas possam frequentar a sala de aula do ensino regular da escola

comum, pede que essa escola adapte-se às particularidades de todos os alunos, para concretizar o objetivo da diversidade.

De acordo com evolução histórica da inclusão, as escolas nas quais leciono estão no caminho da inclusão. Digo caminho, pois a escolha de professores para atuarem em turmas com alunos de inclusão é feita identificando-se quais docentes apresentam um perfil adequado para trabalharem com esse tipo de aluno.

Penso que todos os professores da escola deveriam desenvolver um perfil para atuarem com a inclusão. Nas escolas onde trabalho, os alunos com necessidades educativas especiais contam com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Mas, devido ao limite nos atendimentos, os professores que trabalham com esses alunos estabelecem relações e diálogo com o AEE e também buscam um tipo de Formação Continuada que lhes permita uma intervenção cada vez mais qualificada, estabelecendo condições para que o aluno tenha um pleno desenvolvimento com autonomia.

1.1 O processo histórico das políticas públicas que garantem a educação especial

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começa com a criação de institutos: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), no Rio de Janeiro; Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), também no Rio de Janeiro; Instituto Pestalozzi, em 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental e, em 1945, neste mesmo instituto, foi criado por Helena Antipoff, o primeiro atendimento educacional especializado em pessoas com Superdotação. Em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Muitas leis surgiram a partir dos anos 1960, para fundamentar a Educação Inclusiva na escola. Foi criada, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61. Dez anos depois, em 1971, a Lei nº 5.692/71 altera a LDBEN, de 1971.

A partir de 1988, a educação passa a ser oferecida com igualdade de condições, sem discriminações, minimizando a ênfase na Educação Especial. Passaram, então, a serem priorizadas as Políticas Públicas de inclusão. Os movimentos sociais tiveram

papel relevante nesse processo, ao se mobilizarem, reivindicando e pressionando pela aprovação das leis representativas das políticas de inclusão.

Essa nova ordem está implícita na Constituição Federal do Brasil (promulgada naquele ano), no Título III *Da Ordem Social*, no artigo 208, incisos III, IV (parágrafo 1º) e V:

III- Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV- § 1º -O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo;

V- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Em 1994, foi adotada, em Assembleia Geral, a Declaração de Salamanca, uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais. A mesma, no item 3 da estrutura de ação em Educação Inclusiva, diz:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.

Em 1996, ocorre no Brasil a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), estabelecendo diretrizes e bases da Educação Nacional. No artigo 4º, inciso II, há referência ao atendimento especializado a portadores de deficiências: “III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino”. No artigo 58 da mesma Lei, é dito:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

No ano de 2001, a Declaração de Guatemala / Decreto nº. 3.956/01 (Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas de deficiência), diante dos Estados presentes nesta convenção, declarou que:

As pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.

O mesmo decreto, no artigo II diz: “Esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade”.

A convenção firma um pacto com os Estados participantes do decreto, no sentido de um comprometimento com ações que eliminem qualquer forma de discriminação e que proporcionem todos os recursos possíveis, para que pessoas portadoras de deficiência possam atuar dignamente e com maior autonomia na sociedade.

No mesmo ano de 2001, foram lançadas as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/MEC-CNE/CEB 17/2001, apresentando dispositivos legais e político-filosóficos a serem cumpridos nas escolas.

Os dispositivos incluem a obrigatoriedade do ingresso do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular; o uso do termo “necessidades educativas especiais”, adotado nesta diretriz; a formação para professores; e a inclusão no mercado de trabalho. Ou seja, todo um aparato para que se efetive uma educação de qualidade para todos.

Em 2009, a Resolução nº 4 de 2009 institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Seu artigo 2º diz:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), reafirmado pela Agenda Social e tendo como eixos a formação de professores para a Educação Especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na Educação Superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Exemplos dos avanços nas Políticas Públicas são: o acesso e permanência do aluno deficiente em escolas públicas, o atendimento do AEE e a ação pedagógica com base no aluno singular, único como parâmetro de si mesmo. Essas políticas garantem o cumprimento de direitos.

Refletindo sobre o aluno singular, analiso os questionários respondidos por professores que atuam com Educação Especial ou que pensam na perspectiva inclusiva, realizando cursos relacionados ao tema.

Pensar a História como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade. É reconhecer que se ela, a educação não pode tudo, pode alguma coisa. Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais “redondo”, menos arestoso mais humano, e em que se

prepare a materialização da grande Utopia: Unidade na Diversidade (FREIRE, 1983, p. 35-36)

É pensando em um mundo menos arestoso, que o fazer pedagógico deve proporcionar uma aprendizagem de possibilidades, na qual docentes e discentes sejam protagonistas da aprendizagem. As experiências se complementam, num contexto escolar de aprendizagens. Paulo Freire fala que os professores ensinam ao mesmo tempo em que aprendem com o discente.

Na realidade, é importante que o professor se permita aprender com aluno, pois no mundo da inclusão aprendemos muito no dia a dia. O aluno de inclusão, muitas vezes, apresenta realidade/singularidade de modo diferente do estudado na teoria. A tecnologia, às vezes, não atende ao esperado e, então, parte-se para a improvisação, garantido a assistência pedagógica ao aluno.

2 Plasticidade Neuronal

O Dr. Cláudio Guimarães dos Santos é médico e neurocientista da Universidade Federal de São Paulo. Trabalha na reabilitação de pacientes com disfunções cognitivas. No site do Dr. Drauzio Varella, o neurocientista aborda o seguinte conceito de Plasticidade Neuronal:

Os neurônios são células características do sistema nervoso central que possuem a capacidade de estabelecer conexões entre si quando recebem estímulos advindos do ambiente externo ou do próprio organismo. Essas conexões são responsáveis por tudo o que somos. Por nossa personalidade, modo de agir, pela forma que nosso corpo vai adquirindo no transcorrer da vida.

Em linhas gerais o processo se resume no seguinte. Uma vez estimulados, os neurônios geram impulsos de natureza elétrica e liberam íons e substâncias químicas que lançadas nas sinapses (espaços vazios entre um neurônio e outro) estabelecem ligações entre eles. A cada novo estímulo, a rede de neurônios se recompõe e reorganiza, o que possibilita uma diversidade enorme de respostas.

Plasticidade neuronal é o nome dado a essa capacidade que os neurônios têm de formar novas conexões a cada momento. Por isso, crianças que sofreram acidentes, às vezes gravíssimos, com perda de massa encefálica, déficits motores, visuais, de fala e audição, vão se recuperando gradativamente e podem chegar à idade adulta sem

sequelas, iguais às crianças que nenhum dano sofreram (Disponível em: <<http://www.drauziovarella.com.br/envelhecimento/plasticidade-neuronal>>. Acesso em: 02 ago.2012).

3. Questionário

O questionário (apêndice I) foi elaborado com base em minhas inquietações relacionadas ao tema deste artigo. Contém dezesseis perguntas sobre a atuação dos professores com alunos de inclusão e foi enviado por e-mail para diversos docentes de diferentes áreas do conhecimento da escola. Porém, apenas seis professores responderam as questões, o que gerou frustrações no processo de busca de evidências. O modelo de questionário utilizado na pesquisa encontra-se no final deste trabalho.

4. Coleta e análise de dados

Os professores que responderam aos questionários atuam no município de Porto Alegre, na modalidade de ensino por ciclos de formação. Nessa modalidade, o I ciclo corresponde aos primeiros três anos (1º, 2º e 3º de alfabetização), o II ciclo, aos anos intermediários (4º, 5º e 6º ano) e o III ciclo, aos anos finais (7º, 8º e 9º ano).

O professor de Educação é o único que pode lecionar nos três ciclos de formação, os demais somente conforme suas habilitações.

Os professores foram identificados por letras (A-B-C-D-E-F), de acordo com as áreas de conhecimento/formação dos professores: A (Educação Física), B (Geografia), C (Língua Portuguesa), D (Assistente Social/Monitor), E (Ciências) e F (Séries Iniciais).

Quanto ao tempo de magistério, o professor A tem 22 anos de magistério; o professor B, 20 anos; o professor C, 4 anos; o professor D, 2 anos, o professor E, 32 anos e o professor F, 8 anos de magistério.

Quanto à pergunta 3, referente às séries nas quais lecionam, o professor A leciona nos ciclos I e II de Educação de Jovens e Adultos (EJA); o professor B leciona no II ciclo; o professor C leciona nos ciclos II e III; o professor B atua como monitor de um aluno especial no II ciclo de formação; o professor E atua no II ciclo de EJA; e o professor E atua no I ciclo de formação.

Quanto à relação da habilitação do professor com a Educação Inclusiva, percebo que o professor com formação em séries iniciais, por passar mais tempo em sala de aula com os alunos, consegue desenvolver mais facilmente o processo ensino/aprendizagem nos alunos de inclusão e também a relação destes com os colegas.

O professor de séries iniciais consegue fazer intervenções mais efetivas, trabalhando com as diversas áreas do conhecimento e construindo um maior elo de afetividade em sala de aula, atitude importante para os alunos de inclusão, que passam a se sentir pertencentes ao grupo.

Já o professor com habilitação em uma área do conhecimento tem menor contato semanal com os alunos e suas intervenções limitam-se à sua área de habilitação. Por isso, na maioria das vezes, não existe intervenção direta com o aluno de inclusão, o que dificulta o processo de interação, superação de dificuldades e avanços que o aluno pode apresentar.

Segundo Vygotsky, atribui-se uma enorme importância à dimensão social, que fornece instrumentos e símbolos (assim como todos os elementos presentes no ambiente humano impregnados de significado cultural) que medeiam a relação do indivíduo com o mundo, terminando por fornecer também seus mecanismos psicológicos e formas de agir nesse mundo. O aprendizado é considerado um aspecto necessário e fundamental no processo de desenvolvimento psicológico. Portanto, o desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que ele realiza num determinado grupo cultural, a partir da interação com outros indivíduos da sua espécie (2003, p.70).

A integração do aluno de inclusão em sala de aula é questão importantíssima e quem vai mediar essa relação é o professor, fazendo as intervenções necessárias para formar o elo de afetividade e também de aprendizagem entre os alunos. É importante que o professor reflita com os alunos que cada pessoa tem seu ritmo de aprendizagem, que todos temos nossas limitações e devemos rejeitar qualquer forma de discriminação.

Paulo Freire (1993, p. 32) diz: “Tudo isso é fundamental no sentido de superação das ideologias discriminatórias, de modo a que possamos viver a Utopia: não mais discriminação, não mais rebelião ou adaptação, mas Unidade na Diversidade”.

A pergunta 4 é sobre o que os professores entendem acerca de educação inclusiva. O professor A diz:

Uma Educação centrada no ser humano, na qual todos, independente de cor, sexo, orientação sexual, orientação religiosa, faixa etária, deficiências físicas ou psicológicas e classe social, tenham acesso e possibilidade de permanência para aí construir seus conhecimentos e usufruírem dos conhecimentos construídos ao longo dos nossos tempos.

O professor B diz:

Educação inclusiva para mim significa que todos os indivíduos tenham direitos iguais, independentemente de sua condição dentro da sociedade”. Já o professor C diz: “ter em sala de aula alunos com alguma deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem”. O professor D diz: “No meu entendimento, educação inclusiva é aquela que busca atender todos os alunos e suas especificidades.

O professor E diz:

Que os alunos com dificuldade físicas e de aprendizagem sejam estudantes em sala de aula normais. (...) Pra mim educação inclusiva é aquela onde o professor propõe a sua ação pedagógica com base na especificidade de cada aluno, atendendo suas dificuldades e percebendo suas potencialidades.

Com base nas respostas, percebe-se que os professores estão cientes sobre a obrigatoriedade de alunos de inclusão estudarem na rede regular de ensino. Porém, pensar em educação inclusiva é muito mais que o ingresso deste aluno. É a sua permanência, através uma ação pedagógica direcionada à sua especificidade. Segundo Maturana:

O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência (MATURANA, 1998, p. 29).

O pensar em Educação Inclusiva é característica de uma sociedade construída na diversidade, na qual se construam atitudes de solidariedade, de respeito mútuo, de

alteridade, colocando-se no lugar do outro e percebendo as possibilidades que todos nós temos enquanto indivíduos e cidadãos de uma nação, pois cada um tem seu jeito e seu tempo para aprender.

Quanto à pergunta 5, se os professores possuem alunos de inclusão na sala aula, todos possuem alunos. Apenas dois professores possuem um aluno, os demais possuem quatro ou mais, sendo que, entre os alunos de inclusão, existe o que ainda não tem diagnóstico e, nesse caso, fica mais difícil fazer a intervenção pedagógica específica.

A pergunta 6 aborda a autonomia dos alunos para a realização das atividades. Dos alunos dos seis professores, somente dois têm autonomia. Os demais precisam de tecnologia assistiva, ou seja, recursos especiais para conseguirem se desenvolver e acompanhar os demais alunos em suas atividades.

A pergunta 7 questiona sobre como os professores desenvolvem suas atividades com os alunos de inclusão. O professor A informa que “Na maioria das vezes com adaptação do currículo e das atividades de maneira a contemplá-los em suas deficiências para que possam realizar as atividades”. O professor B informa que:

No meu caso que sou professora por área, é bem complicado dar assistência individualizada para os alunos de inclusão, pois nem sempre eles possuem autonomia para a realização das atividades, devido ao tempo que é pequeno por ser dividido em períodos, o que faço é dar um tempo maior para eles tentarem realizar as atividades, faço atividades diferenciadas, atendo eles na medida do possível porque é bem difícil atender os outros alunos que já realizaram as tarefas e tentar explicar individualmente aos alunos de inclusão.

Diante da mesma pergunta, o professor C informa: “Faço atividades diferenciadas. O mesmo conteúdo sendo visto de forma diferente”. O professor D informa: “Realizando adaptações dos conteúdos e atividades no Software Boardmaker (Sistema que transforma as atividades para pranchas para alunos com Paralisia Cerebral)”. O professor E informa que “As atividades são passadas para a professora que acompanha o aluno, que são desenvolvidas através do computador”. O professor F informa: “Faço o planejamento igual aos demais alunos, para ser transformado em pranchas(Boardmaker), o diferencial é que os objetivos são adaptados conforme a particularidade do aluno”.

Para Maturana, o professor/educador também é um auto-observador constante de si e suas ações na ação educativa. “Os educadores, por sua vez, confirmam o mundo que viveram ao ser educados no educar” (MATURANA, 1999, p. 29).

A prática pedagógica faz diferença no avanço/desenvolvimento do aluno de inclusão. É preciso conhecer seu contexto, suas limitações, suas possibilidades e saber quais recursos tecnológicos podem auxiliar no processo de aprendizagem.

O planejamento da ação pedagógica deve objetivar as particularidades dos alunos, para que possamos verificar o crescimento do aluno e avaliar a atuação do docente. Com isso, podemos verificar o real potencial de crescimento do aluno quais alterações possam ser feitas para alcançar esse objetivo.

A sétima pergunta já responde à oitava, sobre a utilização da tecnologia assistiva pelos alunos em sala de aula. É importante que o professor tenha algum conhecimento sobre os recursos utilizados pelos alunos e também conheça alternativas de atividades, pois, caso passe pela emergência de ficar sem o recurso, poderá manter a assistência pedagógica. De acordo com o site “Assistiva”: “Tecnologia assistiva são recursos e serviços que contribuem para proporcionar e ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, promovendo vida independente e inclusão” (disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 02 ago. 2012).

O mesmo site afirma:

Os recursos são todo e qualquer item, equipamento ou parte dele, produto ou sistema fabricado em série ou sob medida utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência. Os serviços, são definidos como aqueles que auxiliam diretamente uma pessoa com deficiência a selecionar, comprar ou usar os recursos acima definidos (Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 02 ago. 2012).

Quanto à utilização da tecnologia assistiva, sabemos que a realidade é outra. A maioria dos professores não tem nenhuma formação para a Educação Especial, não estando preparado para esta ferramenta.

Por isso, muitas vezes o aluno de inclusão é “deixado de lado”. Além disso, um professor com seis alunos de inclusão, por exemplo, conseguiria desenvolver uma proposta pedagógica de maior qualidade se contasse com um professor auxiliar.

Quanto à pergunta 9, sobre como o docente vê a atuação da escola frente à Educação Especial, o professor A respondeu: “Poderia ser mais atuante... Temos apenas SIR. só para o Diurno. Poderíamos ter mais materiais para uso em todas as aulas”. O professor B respondeu “Na medida do possível, a escola tenta atender aos alunos com os especialistas na área”. O professor C respondeu: “Acredito que a escola não está preparada para receber alunos de inclusão, apenas está acatando uma decisão de um poder maior”. O professor D respondeu que “Busca atender as necessidades”. O professor E respondeu: “muito positiva”; e o professor F respondeu: “Há uma preocupação com o atendimento especial, porém a demanda é grande, não contemplada a todos o atendimento na SIR/AEE (sala de Integração e Recurso), nomenclatura adotada pela Secretaria de Educação de Porto Alegre (SMED)“.

Quanto ao atendimento especializado, é de suma importância que todos os alunos de inclusão sejam atendidos pelo AEE. Na escola onde atuo existem muitos alunos com diagnóstico e outros a serem diagnosticados pela Sala de Integração e Recursos (SIR). Porém, o limite de alunos atendidos, conforme a política de atendimento da educação especial da Secretaria Municipal de Educação (SMED) é de 25 alunos por turno.

Ou seja, anualmente são atendidos 50 alunos na SIR, ficando os demais na fila de espera, não sanando suas dificuldades nem obtendo recursos para melhorar sua atuação na escola, criando maior defasagem no seu desenvolvimento.

A resolução nº 4 de 2009 institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, definindo como importante o atendimento do AEE para promoção do pleno desenvolvimento do aluno. Porém, a realidade não condiz com a diretriz, sendo imprescindível a reestruturação do AEE, devendo atuar em rede com os demais serviços especializados e com a saúde pública. Também deve haver formação, capacitação e possibilidade de atuação de um maior número de professores no AEE.

Quanto à pergunta 10, todos os professores responderam que as escolas possuem AEE e SIR no município de Porto Alegre.

Quanto às deficiências apresentadas pelos alunos, questão de número 11, foram relacionadas pelos professores: deficiência motora, Baixa Visão, Síndrome de Down, deficiência mental, Bipolaridade, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Paralisia Cerebral.

O professor A foi o único que respondeu à questão concretamente: “Tenho uma aluna com baixa visão e não tem nenhum material diferenciado. Tenho alunos com deficiência motora e um menino com Síndrome de Down e não tenho monitor para auxiliar nas atividades físicas”.

O desabafo do professor é real. Às vezes, em uma sala de aula há alunos com várias deficiências e alguns com mais de uma deficiência. Assim como o professor A, eu também, muitas vezes, me vejo sozinha na caminhada da inclusão, uma inclusão camuflada pela obrigatoriedade.

As deficiências requerem conhecimento para podermos intervir pedagogicamente. Necessitamos também de monitores que auxiliem neste processo, para que o professor não fique sobrecarregado por ter de fazer vários planejamentos, pois, muitas vezes, adoece ou não atende a todos igualmente.

Quanto à pergunta 12, sobre alunos com deficiência não atendidos pelo AEE, dos seis professores, dois responderam que não existe o problema, um tem dúvidas e os demais informaram que existem esses alunos sem atendimento.

Assim como o número de atendimento do AEE é reduzido, muitas vezes um caso mais grave passa na frente ou acontecem intervenções do Conselho Tutelar e do Ministério Público. Esse tipo de situação faz com que ocorra agilidade no atendimento.

Referente à formação dos professores na área da Educação Especial (pergunta 13), nenhum dos professores possui formação na área e tal realidade deveria ser repensada. Acredito que o Ministério da Educação, juntamente com Municípios e Estados, deveria oferecer esse tipo de formação aos professores. Isso garantiria uma educação de qualidade, pensada na diversidade e no desenvolvimento do ser em sua especificidade, na qual cada um tem seu ritmo, suas dificuldades e suas potencialidades.

A pergunta 14 questiona os conhecimentos e as experiências relacionados às diferentes deficiências. O professor A diz:

Na Motora e na Visual. Inclusive, tive este ano um aluno adolescente com deficiência mental que necessitava de uma interferência direta, eu buscava conhecimentos por conta própria, lembro-me que foi produtivo com ele apenas um trabalho sobre orientação sexual, este menino se retirou da escola pois a mãe não se comprometia nos atendimentos médicos e uso de medicamentos. Aconteceram vários episódios de violência contra outros colegas.

Sobre a mesma pergunta, o professor B respondeu: “Visual”. O professor C respondeu: “Auditiva”. Os professores D e E responderam: “nenhuma” e o professor F respondeu: “ Auditiva, Visual e Motora”.

O educador Paulo Freire diz: “O homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. É um ser na busca constante de ser mais” (1981, p. 17).

Também acredito estarmos em constante aprendizado, principalmente na área da Educação Inclusiva. Por isso existe a necessidade de Formação Continuada. É importante reconhecermos quando não sabemos lidar com uma dada situação ou deficiência e é fundamental ter motivação para entendê-las, buscando alternativas para essas questões.

Acomodar-se, nunca! Desistir, jamais! Lutar sempre! Por uma educação efetivamente inclusiva, aprendendo com o outro, com o diferente, com o meu aluno. E exigir do Poder Público melhores condições de trabalho e educação compartilhada com outros profissionais e professores, para haver melhor acompanhamento dos alunos de inclusão na sala de aula.

A pergunta 15 quer saber se a formação na área especial facilita na ação pedagógica. O professor A diz: “Sem sombra de dúvidas, quanto mais conhecimento tivermos maior será o nosso poder de atuação pedagógica junto a esses alunos”. Os demais professores também responderam que esse tipo de formação facilita a ação pedagógica.

A última pergunta (número 16) é sobre outros cursos na área de Educação Especial. O professor A respondeu: “Tenho formação de Educação Inclusiva para EJA”. O professor B respondeu: “Tenho formação em cursos de extensão na deficiência visual e auditiva”. O professor C respondeu: “Tenho formação em curso de extensão na deficiência visual”. O professor D respondeu: “Tenho formação no curso de Tecnologia Assistiva-Boardmaker”. O professor E diz: “não tenho nenhum curso”. O professor F respondeu: ”Tenho formação em cursos de extensão na área visual e auditiva, no AEE (Atendimento Educacional Especializado), na área da Educação Física, LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), Braille, Boardmaker e fazendo Especialização na Educação Inclusiva”.

Quanto à Formação Continuada do professor na área inclusiva, é importante haver uma motivação. Os cursos de extensão ajudam ao apresentarem atividades e alternativas de atendimento e de ações pedagógica em sala de aula. E enquanto o Poder Público não oferece esse tipo de formação, podemos procurar fazer os cursos de especialização, que facilitam a compreensão do processo de aprendizagem dos alunos de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva apresentou muitos avanços por meio das políticas públicas, desde a inclusão de alunos especiais na rede regular de ensino até a prática da não discriminação de pessoas com deficiência.

Entretanto, acho que, no contexto escolar, há uma enorme necessidade de mobilização e conscientização dos profissionais quanto à Educação Inclusiva. Na escola, todos devem pensar no tema, entendendo seus desafios e suas possibilidades de realização.

Desenvolver uma proposta de inclusão é não aceitar o conceito de incapacidade e de inferioridade, o qual ainda é associado ao aluno de inclusão em nossa sociedade. Isso engloba ter consciência de que todas as pessoas possuem limitações, avanços e possibilidades.

Penso que o Poder Público também tem o compromisso de oferecer para os professores a Formação Continuada na área de Inclusão Escolar. Para que essa ação se efetive de fato e se desenvolva com qualidade, é necessário investimento na formação dos profissionais. Caso contrário, será apenas mais uma política de acesso.

A permanência do aluno especial terá eficácia através de projetos em rede e da parceria entre a área de Educação e a da Saúde. A atenção ao aluno deve ser ampliada por meio do atendimento no AEE e junto aos profissionais de saúde mental.

Analisando as respostas ao questionário, constatei o quanto estamos sozinhos nesta caminhada da inclusão. Exemplo disso é o relato de um dos professores sobre a

dificuldade em atender a demanda de alunos com diferentes deficiências, devido à falta de profissionais atuando juntos no desenvolvimento das aulas.

Outra questão preocupante é o perfil buscado pelas escolas, para professores que atuarão com alunos de inclusão em sala de aula. Geralmente, são convidados professores que tem o perfil mais “calmo”, aceitando com mais facilidade as situações de dificuldade. Muitas vezes, resolvendo sozinhos tais situações.

Mediante esta realidade, penso que deve haver uma conscientização dos educadores, no sentido de todos se engajarem na formação e na atuação para a Educação Especial, pois, em algum momento de suas vidas profissionais, terão contato com alunos de inclusão. Ser professor é, também, aceitar a diversidade e aprender com ela.

Quanto à minha aprendizagem prática, no final do ano de 2012, após os ajustes de turmas para o ano seguinte, fui escolhida para ser professora de duas turmas com alunos de inclusão. Um deles com transtornos mentais e o outro com paralisia cerebral.

Tenho formação para trabalhar com alunos portadores de transtornos mentais. Mas, quanto à paralisia cerebral, não tenho conhecimento na área. Ao deparar-me com a situação, fiquei sem ação, mas a professora e a monitora que trabalham no AEE disseram-me que eu não estaria sozinha na caminhada.

O acolhimento e a parceria profissional que tive, durante todo o ano letivo de 2013, foram essenciais em minha atuação com o aluno portador de Paralisia Cerebral. Este aluno utilizava a Tecnologia Assistiva/Comunicação Alternativa e, como tive formação nessa área durante o ano letivo, a ação pedagógica foi enriquecida, facilitando o processo de comunicação e também senti a necessidade de realizar o curso de especialização em Educação Especial para ainda mais me subsidiar na caminhada de inclusão.

O leque de possibilidades e experiências que enriquecem o desenvolvimento educacional engloba, além da formação e da ação pedagógica do professor, o apoio dos outros docentes e dos demais profissionais da escola.

Um processo educacional no qual as pessoas, com e sem deficiências, se complementam em suas aprendizagens, faz com que o aluno com deficiência sintase pertencente ao grupo. Tal processo deve incluir esse aluno através de ações nas quais os

outros alunos reconheçam os avanços e as contribuições dele para as aprendizagens do grupo.

Minha experiência com o aluno portador de paralisia cerebral foi enriquecedora. Aprendi muito com ele e com os outros profissionais envolvidos no processo de ensino. Essa prática propiciou transformações para mim, enquanto indivíduo e também para as pessoas do meu convívio social.

A Inclusão Escolar é um processo que amplia a participação de todos os estudantes dos estabelecimentos de ensino regular neste processo. Propicia uma reestruturação da cultura e das práticas vivenciadas nas escolas, de modo que possam responder à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanista e democrática que compreende o sujeito e suas singularidades, almejando crescimento, satisfação pessoal e inserção social a todos.

Através desta pesquisa constatei a necessidade de os professores reivindicarem Políticas Públicas que garantam sua Formação Continuada e o acesso aos profissionais da área de inclusão, para que possam atuar em conjunto. Essa atuação pedagógica conjunta proporcionará uma educação com qualidade de ensino e com satisfação profissional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- BRASIL. **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. 7ª Edição. Brasília: Senador Paulo Paim, 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1966.
- FREIRE, P. **Política e Educação**. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1997.
- GUIMARÃES DOS SANTOS, C. **Entrevista a Drauzio Varella**. Disponível em: <<http://www.drauziovarella.com.br/envelhecimento/plasticidade-neuronal>>. Acesso em: 02 ago.2012.
- MATURANA ROMECIM, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- MATURANA ROMECIM, H. **Formação humana e capacitação**. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- MORAES, S. C. (org.). **Educação inclusiva: diferentes significados**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2011.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.
- REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 15ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- SARTORETTO, M. L.; BERSCH, Rita. **O que é tecnologia assistiva**. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 02 ago. 2012.